



1290000850



IE

TCC/UNICAMP Au64i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA

INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA, HETEROGENEIDADE

ESTRUTURAL E DINÂMICA INDUSTRIAL:

INTERPRETAÇÕES COMPARADAS

Aluna: Marcela Meirelles Aurélio RA 900804
Orientador: Prof. Dr. Otaviano C. dos Santos Filho
Banca: Lídia Goldenstein

Campinas, dezembro de 1993

TCC/UNICAMP
Au64i
IE/850

CEDOC/IE

ÍNDICE

Apresentação.....	2
Capítulo I. Desenvolvimento em Condições Periféricas.....	04
I.1 - Celso Furtado -	
" O Mito do Desenvolvimento Econômico "	04
I.1.1 - Acumulação de Capital e Desenvolvimento.....	04
I.1.2 - Acumulação de Capital e Subdesenvolvimento.....	11
I.1.3 - A Tendência à Estagnação na Economia Brasileira.....	12
I.1.4 - As Críticas de Outros Autores.....	21
I.2 - Fernando Fajnzylber -	
" A Industrialização "trunca" da América Latina.	24
Capítulo II. A Crítica à Abordagem Cepalina.	
Dinâmica Industrial em Condições Periféricas.....	34
II.1 - Maria da Conceição Tavares -	34
II.1.1 - Propósitos e Estrutura Geral de " Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil "	36
II.1.2 - Progresso Técnico e Distribuição da Renda.....	78
II.1.3 - Dinâmica Industrial no Brasil.....	46
II.2 - Francisco de Oliveira -	51
II.2.1 - A Proposta de Reinterpretação em " A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista "	51
II.2.2 - Desenvolvimento Capitalista no Brasil após a Revolução de Trinta.....	52
II.3 - Uma Tentativa de Interpretação Comparada.....	55
Conclusão.....	57
Bibliografia.....	61

APRESENTAÇÃO

Esta monografia consiste numa revisão bibliográfica, que tem como tema a especificidade da industrialização nos países da periferia do sistema capitalista, e de como determinados autores tentaram incorporar tais especificidades ao quadro geral da lógica capitalista, buscando apreender o ritmo e a direcção da dinâmica industrial nestes países.

Em termos mais específicos, foram seleccionados quatro autores - Celso Furtado, Fernando Fajnzylber, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira - que, percorrendo caminhos distintos, ofereceram uma importante contribuição para o debate acerca dos determinantes da forma com a qual se encaminhou a industrialização periférica e acerca da existência de limites para seu dinamismo.

Julgou-se conveniente a apresentação destes estudos em dois blocos distintos. No primeiro, que foi denominado " Desenvolvimento Económico em Condições Periféricas ", são apresentadas e comparadas as interpretações de Celso Furtado e de Fernando Fajnzylber. Esta opção justifica-se a partir da identificação de elementos comuns a estas análises - dado o vínculo de ambos autores ao arcabouço teórico cepalino - que nos permitiriam inseri-las num quadro homogêneo: o da visualização da industrialização periférica como um movimento de mudança de

estrutura produtiva, que não se revela funcional à realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos.

Em outras palavras, podemos dizer que estes dois autores, utilizando categorias como distribuição de renda (e sua evolução histórica), padrão de consumo e progresso técnico - conceitos intimamente relacionados em ambas análises - buscam mostrar porque a industrialização latinoamericana é marcada pelo aprofundamento de heterogeneidades estruturais e pela construção de obstáculos ao seu próprio prosseguimento.

Esta discussão nos conduz inevitavelmente ao tema da existência (ou não) de uma inexorável tendência à estagnação econômica nestes países, face às distorções em relação ao "círculo virtuoso"¹ de desenvolvimento que são identificadas por ambos autores. Além de serem apresentadas suas visões acerca de tal temática, buscaremos contrapor-las às críticas dos dois outros autores - Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira - já antecipando, o que será realizado no último capítulo, nossa leitura de suas próprias interpretações.

O segundo capítulo corresponde precisamente ao segundo bloco temático proposto e intitulou-se "A crítica e abordagem cepalina: a dinâmica industrial em condições periféricas". É realizado este contraponto com o pensamento cepalino pois, também estudando as características da industrialização periférica, tais autores

1. Conceito introduzido por Fernando Fajnzylber

buscaram mostrar como a análise dual da interação centro-periferia proposta pelo paradigma cepalino encobriu a identificação de variáveis endógenas às economias periféricas que poderiam afastar a hipótese de uma inevitável tendência à estagnação.

CAPÍTULO I - DESENVOLVIMENTO EM CONDIÇÕES PERIFÉRICAS

I.1 - CELSO FURTADO - "O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO"

Buscaremos apresentar o tratamento conferido por Celso Furtado à questão do desenvolvimento econômico. Em particular, Furtado está interessado em ressaltar os obstáculos estruturais, enfrentados pelas economias periféricas, os quais se antepõem à integração destas economias numa trajetória "virtuosa" de generalização dos frutos do progresso técnico.

É a partir da identificação da profundidade destes obstáculos, e das contradições do capitalismo em escala global, que Furtado propõe que alcemos o "desenvolvimento econômico" periférico à categoria de "mito", "concreta" nas abstrações dos economistas, mas irreal porque embota a percepção de que nem tudo que é desejável, é possível.²

Este item está dividido em quatro etapas. Na primeira, será apresentada a forma com a qual Furtado formulou determinados conceitos básicos concernentes à problemática que estamos abordando. Em linhas gerais, mostramos precisamente o que ele compreende por "desenvolvimento" e como relaciona este fenômeno ao "modus operandi" do sistema capitalista, com sua lógica de acumulação/valorização do capital.

2. Celso Furtado discute esta questão em "O Mito do Desenvolvimento Econômico".

Na segunda parte, veremos como este arcabouço teórico fundamenta a interpretação da economia brasileira como um caso "clássico" de manifestação do bloqueio ao processo de desenvolvimento econômico. Buscaremos identificar os fatores estruturais que, segundo Furtado, são básicos para a compreensão de por que a industrialização brasileira implicou o aprofundamento da marginalização social, enfim, das heterogeneidades estruturais.

Na terceira parte, veremos como suas conclusões o direcionaram para o diagnóstico de uma tendência estrutural à estagnação econômica nas economias subdesenvolvidas.

Por último, busca-se comparar a interpretação aqui proposta com as sugeridas por outros autores, em particular, a de Francisco de Oliveira. Acredita-se que esta etapa seja relevante na medida em que nos auxilia a destacar como compreendemos a especificidade e a abrangência da análise de Celso Furtado.

I.1.1 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO

O fenômeno do desenvolvimento está associado a modificações de estrutura, isto é, "transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico".³ Segundo Celso Furtado, o fator responsável por esta mutabilidade do sistema consiste na elevação da produtividade do trabalho. A forma com a qual este excedente é apropriado e utilizado está no cerne de sua teoria do desenvolvimento.

A partir de uma elevação da produtividade do trabalho, não existe um encadeamento único e determinado de realinhamento das relações entre os diversos setores/agentes econômicos. A tomada de decisões por parte dos agentes, que faz com que se manifeste uma dentre todas as possibilidades de encadeamento, está circunscrita ao que Furtado denominou de "projeto de vida" da sociedade.

Em outras palavras, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é expressão do sistema de valores da coletividade. Isto ocorre porque é esta expressão de valores que, ao assumir a função histórica de ir moldando a estrutura produtiva e as relações sociais que lhe são correlatas, determina a forma com a qual a renda vai ser distribuída, parâmetro que aqui é tomado como fundamental para as decisões de consumo, produção e investimento. É

3. Furtado, C. "Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico", 1967, Coleção "Os Economistas".

fundamental observar que, dentro desta perspectiva, a distribuição da renda é ao mesmo tempo ponto de partida, (ao influenciar as decisões dos agentes) e consequência das modificações ensejadas pelo incremento do excedente.

Furtado relaciona o aumento da produtividade à elevação do coeficiente de capital por unidade de trabalho, que traz em seu bojo melhorias tecnológicas, " seja mediante a difusão de processos técnicos superiores, seja pela assimilação de autênticas invenções."⁴

Pode-se dizer que estes dois fenômenos - difusão de inovações e incorporação de invenções - são a base da interpretação de Furtado acerca do que anima a dinâmica econômica, ao serem o reflexo mais aproximado das relações entre os agentes básicos do sistema: capitalistas e assalariados.

Expliquemos melhor. Segundo o autor, os dois processos podem ser entendidos como um reflexo do exercício do que denominou de "poder econômico".⁵ Assim, "a mola propulsora do processo de desenvolvimento são padrões de comportamento dos agentes econômicos que estão em condições de exercer uma forma de poder, isto é, de modificar a conduta previsível de outros agentes, ou de alterar relações estruturais de forma a frustrar as expectativas de outros agentes."⁶

4. Furtado, C., (1967), op. cit.

5. Sobre o conceito de "poder econômico", ver Furtado, C., (1967), op. cit.

6. Furtado, C., (1967), op. cit.

Vejamos como tais estratégias estão relacionadas ao mecanismo de incorporação/difusão de progresso técnico.

No que se refere aos capitalistas, o "poder econômico" se manifesta através da introdução de invenções, que, ao aumentarem a produtividade do trabalho, sem um respectivo repasse para os salários, lhes assegura um "ganho monopolístico". Além disto, como a nova técnica introduzida é, por hipótese, poupadora de mão-de-obra, verifica-se que tal iniciativa implica uma diminuição do salário no valor agregado ao produto.

Este cenário corresponde à etapa de "acumulação por incorporação de invenções". De acordo com o autor, esta situação não é sustentável, pois é altamente improvável que o consumo dos capitalistas cresça com suficiente rapidez para compensar o declínio relativo do consumo da grande massa de assalariados. A tendência à estagnação surge em função do diferencial crescente entre a taxa de crescimento do consumo e da poupança.

A reafirmação do dinamismo seria dada pela difusão das inovações. Furtado não faz menção às características do padrão concorrencial necessárias para que este fenômeno ocorra. Sua ênfase recai sobre a estrutura prévia de distribuição da renda. Assim, nas economias centrais, como a secular modificação na estrutura econômica se fez com a incorporação das massas ao processo produtivo, (a demanda por mão-de-obra cresce em termos absolutos, apesar da orientação do progresso técnico ser de poupar o uso do fator

trabalho), a resultante pressão por maiores salários confere acesso a um nível de renda compatível com um consumo mais diversificado, o que é um forte estímulo para a difusão de inovações.

Desta forma, nestas economias, a difusão do progresso técnico - que se traduz numa homogeneização tecnológica e na eliminação paulatina dos ganhos monopolísticos - implica o aumento das escalas de produção, o acesso a economias de escala e a transformação de bens anteriormente "sofisticados" em bens de consumo de massa. Assume, portanto, o importante papel de encaminhar a solução para os problemas de demanda e de queda da taxa de lucro.

É nesta etapa e nestas condições que o "poder econômico" dos proletários pode manifestar-se em sua plenitude. A difusão do progresso técnico faz com que aumente a demanda por mão-de-obra, o que, num contexto de inexistência de desemprego estrutural, intensifica a pressão por maiores salários, ampliando o poder aquisitivo da população, o que por sua vez dá maior fôlego para o movimento de difusão inovacional.

É a partir do momento em que os salários se elevam a ponto de "comprometer" os lucros dos capitalistas, que surge o estímulo à introdução de inovações, o que nos recoloca no movimento de concentração da renda, o qual, nas circunstâncias descritas, encontra limites para sua magnitude e sustentabilidade.

Esta exposição nos permite qualificar melhor a interpretação conferida por Celso Furtado ao fenômeno do desenvolvimento. Ele emerge da interação dialética dos agentes que buscam confirmar seus interesses no âmbito econômico⁷, e é condicionado pela forma com que estes agentes se relacionam, na sociedade. Como o autor sintetiza, "as condições sociais que permitem a uma parcela crescente da população lutar para ter acesso aos frutos do aumento da produtividade e que estimulam a inventividade estão na base da intensidade com que se difunde o progresso técnico e com que se amplia seu horizonte."⁸

Um outro aspecto importante a ser ressaltado é que, nesta concepção, o desenvolvimento econômico emerge como resultado da coexistência dos processos de incorporação e de difusão de inovações, em proporções consistentes com a persistência da lógica capitalista de acumulação privada e, ao mesmo tempo, da generalização dos frutos do progresso técnico ou da "modernização" dos hábitos de consumo da população.

7. Sobre esta discussão, ver Furtado, C. "Dialética do Desenvolvimento", 1964.

8. Furtado, C., (1967), op. cit.

1.1.2 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E SUBDESENVOLVIMENTO

Falar em subdesenvolvimento significa reconhecer que nem sempre o quadro anteriormente descrito se verifica, no seguinte sentido : assumiremos que o subdesenvolvimento é o reflexo do bloqueio ao processo de difusão das inovações. Estudá-lo é identificar como ele se manifesta e quais seus determinantes histórico/estruturais.

O quadro teórico proposto por Celso Furtado para o estudo das raízes do subdesenvolvimento é aquele formado por uma economia que vai se transformando, segundo os parâmetros fornecidos pela condição de dependência em relação às economias centrais.

Furtado parte da análise da economia brasileira em sua etapa agrário-exportadora. Nesta fase, o caráter dependente da economia se afirma na medida em que o nível de atividade e de rentabilidade dos setores mais modernos - aqueles ligados à exportação de bens primários - são ditados pela demanda externa.

Além disto, dadas as características do processo produtivo destes bens, o baixo custo de reprodução da mão-de-obra agrária e dados os requisitos do mercado, não existem estímulos para a acumulação por introdução de inovações nestes setores, o que explica a introdução de boa parte dos lucros na importação de bens manufaturados, de maior conteúdo tecnológico, para satisfazer a diversificação do consumo dos exportadores.

É deste contexto que emerge a tendência estrutural ao aprofundamento da marginalização social e da concentração da renda. Como " os lucros auferidos não se inserem no fluxo interno de renda "9, (pois não são nem investidos nem gastos em bens domésticos), reduz-se drasticamente o mecanismo de acumulação produtiva, e seus correlatos efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda.

Vejamos como tais tendências podem ser reinterpretadas no contexto do processo de introdução/incorporação de invenções.

Do lado da necessidade de realização da produção, a difusão interna de novas técnicas perde toda a sua funcionalidade, dado que não é uma produção voltada para o mercado interno, mas para o exterior.

Esta questão pode ser recolocada da seguinte forma: a difusão interna das inovações é fruto do movimento dos fatores de produção em busca de maior rentabilidade. Entretanto, numa economia agrário-exportadora, " a transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o setor exportador depende da procura externa e não da diferença de rentabilidade entre os dois setores ".10

Em outras palavras, a acumulação se dá calcada no comportamento exógeno da demanda, e não na sinergia interna inerente ao exercício do "poder econômico" por parte dos capitalistas e dos assalariados.

9. Furtado, C. " Análise do Modelo Brasileiro ", 1972.

10. Furtado, C., (1972), op. cit.

Num segundo momento, Celso Furtado passa a analisar como estas tendências se afirmam e se aprofundam quando se abre o processo de industrialização por substituição de importações. Os aspectos centrais de sua argumentação são os seguintes:

A. A substituição de importações (vista como um processo pelo qual um mercado pré-existente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais, incentiva a expansão da indústria local), se materializa na internalização de uma estrutura produtiva voltada para o atendimento do consumo diversificado das camadas de mais alta renda. " Devendo substituir produtos importados, o produtor interno é naturalmente levado a copiar as indústrias com as quais pretende concorrer. Os equipamentos que se adquire foram desenhados em função do estágio de desenvolvimento das economias avançadas: visam a permitir uma grande poupança de mão-de-obra. "11

B. A importação de bens de capital para a implantação da indústria de transformação implica uma profunda descontinuidade nas técnicas produtivas. Em outros termos, o estágio de tecnologia alcançado em determinados setores é atingido de um só golpe, não sendo fruto, como nas economias desenvolvidas, de um movimento histórico de acumulação por incorporação/difusão de inovações, o qual, ao se traduzir no aumento da escalas de produção, vai integrando a população à órbita produtiva.

11. Furtado, C., (1972), op. cit.

Estes dois aspectos explicam por que, nas economias periféricas, a implantação da indústria resulta, desde logo, em profundas heterogeneidades técnicas, em uma maior exclusão social e no estímulo à concentração da renda.

Exploremos melhor estes pontos, relacionando-os ao caso brasileiro. O encaminhamento específico da industrialização brasileira, que resulta da perpetuação de sua dependência em relação às economias centrais, cria obstáculos à adaptação de extensos segmentos sociais à nova dinâmica introduzida pelo intenso fluxo de progresso técnico.

A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal pré-existente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. " Esse excedente reflui para formas artesanais de economias de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condiciona todo o processo social subsequente."¹²

Assim, a exclusão de grande parte da sociedade do processo de reorganização produtiva - o qual se dá, convém lembrar, de forma pontual, localizada - aliada ao fato de que a tecnologia importada é poupadora de mão-de-obra, são fatores que fazem com que a economia brasileira passe a contar com um excedente estrutural de mão-de-obra.

12. Furtado, C., (1972), op. cit.

Este excedente explica por que, no Brasil, o incremento da produtividade do trabalho não implica elevações do salário real. A existência de um enorme exército de reserva obstrui os canais de efetivação do "poder econômico" dos trabalhadores; o bloqueio do acesso a níveis mais elevados de renda impede o crescimento do mercado interno, o que reduz a atratividade da difusão das inovações ou da transformação de um bem destinado ao consumo da classe de maior renda em um bem de consumo de massas.

I.1.3 A TENDÊNCIA À ESTAGNAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Celso Furtado adverte que o modelo de industrialização seguido pelo Brasil traz em seu cerne uma tendência estrutural ao esgotamento do seu dinamismo.

Segundo ele, a desaceleração do crescimento industrial no início da década de sessenta constitui uma manifestação do esgotamento dos fatores que até então haviam conferido "fôlego" ao crescimento industrial, apesar deste se apoiar em bases de realização da produção muito estreitas. A seguir analisaremos quais teriam sido estes fatores, na ótica de Furtado.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é que a industrialização brasileira ganha seu primeiro impulso das próprias tentativas de sustentação dos setores tradicionais da economia. Esta circunstância tem em sua base o fato de que a industrialização não representou uma evolução gradual das forças produtivas e de suas correlatas representações políticas. " Não houve no Brasil, durante a transição da economia colonial para a industrial, o deslocamento de uma superestrutura arcaica como consequência de um processo de desenvolvimento das forças produtivas, cujos interesses buscassem afirmação no plano político."¹² Analogamente, pode-se dizer que " ... a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia

12. Furtado, C., (1972), op. cit.

colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante desta crise."¹⁴

De acordo com esta perspectiva, pode-se associar às iniciativas estatais, a partir da década de trinta, de apoio ao setor cafeeiro em crise, o primeiro impulso à industrialização. Isto porque a política de valorização do café, ao contribuir para a sustentação da renda neste setor, resultou na sustentação da demanda interna, dado o peso deste setor no conjunto da economia.

É desde este período que se verifica a presença ativa do Estado na articulação do processo de substituição de importações. Neste sentido, temos os benefícios do manejo da política cambial durante parte da década de cinquenta. A utilização de taxas diferenciadas de câmbio, ao estimular a importação dos equipamentos destinados à implantação de novos setores industriais e ao proteger a produção interna de bens de consumo, cujos preços relativos eram aumentados, foi extremamente funcional à industrialização.

Paralelamente, a permissividade estatal em relação às tensões inflacionárias, também contribuiu para a substituição de importações, pois ensejou um intenso movimento de transferência de renda para o setor industrial, que se funda na coexistência entre elevação dos preços dos bens substituídos e estabilidade do câmbio (até 1955). Este último aspecto foi corroborado pela política fiscal, ao

14. Furtado, C., (1972), op. cit.

conceder-se a este setor empréstimos a taxas de juros reais negativas.

De acordo com a análise de Furtado, a viabilidade de se ancorar a implantação da indústria na concessão deste tipo de incentivos, sem a necessidade de se recorrer maciçamente ao endividamento externo, esteve intimamente ligada ao fato de se contar, entre a Segunda Guerra e 1955, com termos de intercâmbio favoráveis ao Brasil. Isto permitiu a sustentação de um câmbio valorizado, e, portanto, da capacidade de importação de bens de capital.

A deterioração dos termos de intercâmbio, a partir de 1955, faz com que este quadro se reverta e também que o país tenha que recorrer a um endividamento externo crescente. Os efeitos a médio prazo deste endividamento fazem-se sentir na contração ainda maior da capacidade para importar, a fim de atender ao serviço da dívida que se avoluma.

" A partir do momento em que os termos de intercâmbio começaram a piorar, a inflação perdeu a sua última fonte onde podia alimentar-se sem provocar uma espiral de preços e custos."¹⁵ O governo teve de abandonar o imposto às exportações, implícito nos diferenciais de câmbio, e cobrir as insuficiências de caixa com maiores emissões de papel-moeda. Os subsídios aos importadores de equipamentos, através do "câmbio de custo", foram progressivamente eliminados. " Desta forma a inflação, de

15. Furtado, C., (1972), op. cit.

eficaz mecanismo de distribuição da renda, transformou-se mais e mais em jogo de empurra. E na medida em que se esteriliza, a espiral inflacionária se exacerba."¹⁴

Adicionalmente uma outra ordem de dificuldades se coloca.

Os mecanismos cambial e inflacionário foram suficientes para levar adiante a substituição de importações, no estágio em que este processo requeria um volume de investimentos relativamente pequeno, pois centrava-se na internalização da produção de bens de consumo não duráveis e, posteriormente, de bens de consumo duráveis - onde verificou-se a presença maciça de investimentos estrangeiros - e de bens intermediários. Furtado aponta que o processo de industrialização tenderia a um ponto de relativo estancamento, pois os requisitos para se internalizar um setor produtor de bens de produção são muito maiores, ao mesmo tempo em que só isso conferiria uma "autonomia tecnológica" que viabilizaria a superação dos reiterados estrangulamentos externos.

Este trânsito encontra barreiras na estreita capacidade do Estado de ampliar seus gastos, na limitada capacidade das empresas nacionais em se autofinanciarem e nas reduzidas proporções do movimento de centralização/concentração de capitais passível de ser levado adiante por agentes privados nacionais. Em outros termos, manifesta-se a insuficiência do nível de acumulação id. Furtado, C., (1972), op. cit.

interna necessário à realização de um vultoso bloco de investimentos, de longo prazo de maturação, necessário à implantação da indústria pesada.

I.1.4 - AS CRÍTICAS DE OUTROS AUTORES

Em seu ensaio "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" ¹⁷, Francisco de Oliveira faz a seguinte interpretação das proposições de Celso Furtado:

" Parece (...) que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade de consumo, e não numa necessidade de produção, *verbi gratia*, da acumulação, além disto, as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada que ver com a estrutura de classes, com a forma de distribuição de renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição da renda, é que "perverte" a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do "atrasado" e do "moderno" ".

Aproveitaremos esta leitura da obra de Furtado para contrapô-la com a interpretação proposta nesta monografia.

Ao tratarmos da relação de dependência que se consolida ainda na etapa agrário-exportadora, vimos como se gestam, para Furtado, os mecanismos que ensejam a exclusão social, a não-incorporação de um grande segmento da população que permanece no setor de subsistência, e a persistência de níveis muito baixos de renda.

¹⁷ Oliveira, F. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Estudos Cebrap, Vol 2, 1972

Segundo ele, é esta a origem das condições sociais específicas dos países periféricos, cujo traço essencial é a inserção subordinada dos assalariados no processo de partilha dos frutos do desenvolvimento das forças produtivas. Como também foi observado, é esta configuração particular das relações sociais que está na base das características do progresso técnico e do alcance e sustentabilidade do ritmo das mudanças por ele ensejadas.

Desta forma, avaliamos que não se justifica a leitura de que para Furtado as formas de consumo são impostas pelas economias centrais, como se nada tivesse a ver com a estrutura de classes. De acordo com nossa interpretação, sua visão é a de que o padrão de consumo das economias desenvolvidas se internaliza na medida em que encontra respaldo num perfil de gasto, produção e investimento que emerge da forma específica com a qual interagem as classes que constituem esta sociedade, não sendo imposto, portanto, em abstrato.

Por outro lado, tendemos a concordar com a análise de que Furtado assume como variável central de sua interpretação a distribuição da renda - e, portanto, do perfil de consumo - como o elemento explicativo do caráter assumido pela industrialização.

Ao não conferir o mesmo tratamento às características da dinâmica concorrencial e à sinergia cíclica das trocas interdepartamentais, (juntamente à sua imbricação com o financiamento estatal), Furtado perde de

vista a capacidade que o sistema pode apresentar de postergar sua tendência à estagnação.

Como propõe Maria da Conceição Iavareis, a consideração destes fatores nos levaria a perceber que o deslocamento da tendência à desaceleração do crescimento provém da capacidade da dinâmica industrial de criar e modificar a composição da demanda, a qual passa a ter como componente principal as trocas intra e inter-industriais. Uma sinergia que se circunscreve, portanto, ao próprio âmbito industrial.

Feitas estas ressalvas, fica em questão a possibilidade de relacionarmos a sustentação do dinamismo econômico com uma gradual superação das heterogeneidades estruturais. Partindo do conceito de desenvolvimento proposto por Furtado, observamos que está aberta a possibilidade de que o subdesenvolvimento se perpetue, sempre que o dinamismo industrial não se traduzir num maior acesso da população aos benefícios da transformação produtiva, o que recoloca a problemática apontada por Furtado, revelando sua abrangência.

I.2 - FERNANDO FAJNZYLBER - A INDUSTRIALIZAÇÃO "TRUNCA" DA AMÉRICA LATINA

A interpretação de Fernando Fajnzylber acerca das distorções que marcam o processo de industrialização latinoamericano apresenta vários pontos comuns com a de Cêlso Furtado. Em particular, notamos que este autor também visualiza o fenômeno do desenvolvimento econômico como um processo que é encaminhado e que tem seus traços definidos na órbita da interação entre as classes sociais e entre os distintos agentes econômicos.

Em "La Industrialización Trunca de América Latina", Fajnzylber procura demonstrar como, a despeito das observáveis semelhanças entre os processos de industrialização ocorridos nos países centrais e em alguns países da América Latina, pode-se perceber como o processo de transformação da estrutura produtiva deste último grupo de países apresenta significativos desvios em relação ao movimento cumulativo e virtuoso de geração de progresso técnico, generalização de seus frutos e de crescente incorporação da população à esfera produtiva, traços característicos da evolução das economias centrais no pós-guerra.

Segundo Fajnzylber, as semelhanças entre os mencionados processos residem basicamente nas modificações setoriais da indústria manufatureira, que, na América Latina, denotam deslocamentos/transformações semelhantes aos observados nos países desenvolvidos, em particular, no que

se refere ao incremento da produção e do consumo de bens duráveis e ao peso crescente dos setores químico e metal-mecânico.

Tal padrão mostrou-se funcional às necessidades básicas dos países avançados. Como exemplifica o autor, a escassez de recursos naturais, unida ao acesso barato ao uso de petróleo, estimulava a substituição de produtos naturais por sintéticos, o que se expressava no rápido crescimento do setor químico. Por outro lado, " a pressão salarial e sindical estimulavam uma expansão rápida da produção de maquinaria e equipamento."¹⁸ Em outros termos, contava-se com os efeitos positivos do mesmo conflito distributivo já evidenciado por Furtado, ou seja, a capacidade da classe trabalhadora de exercer, em certa medida, seu " poder econômico ", como mola propulsora da introdução de inovações tecnológicas.

Além disto, dado o elevado nível de renda per capita destes países, observa-se que a mudança da estrutura produtiva enseja transformações no padrão de consumo de um segmento bastante amplo da população, o que respalda a difusão do progresso técnico e a produção seriada, dado o nível de consumo corrente de bens de elevado conteúdo tecnológico e elevado valor unitário. Tal possibilidade se dá concomitantemente, é claro, a um perene esforço de diferenciação do produto, estratégia que caracteriza

18. Fajnzylber, F. " La Industrialización Trunca de América Latina " , 1983.

fortemente o comportamento das empresas sediadas nestes países.

A questão é que quando analisamos a transposição deste modelo para os países periféricos, baseando-nos nas experiências latinoamericanas, verificamos que, nestes países, as mudanças observadas na estrutura produtiva apresentaram pouca ou nenhuma funcionalidade em relação às carências sociais majoritárias e à criação de oportunidades de desenvolvimento das potencialidades regionais.

De fato, o que se verificou em vários países da América Latina foi que o processo de industrialização contribuiu para a exacerbação de certas demandas sociais. Este fato fica evidenciado quando nota-se que a industrialização de alguns países latinoamericanos ocorreu paralelamente a um acelerado crescimento populacional, que, associado a uma também acelerada urbanização - reflexo da tendência à concentração espacial da atividade econômica e da perpetuação do atraso no setor agrícola - requisitou um esforço inversionista adicional em infraestrutura básica, que, na maioria dos casos, mostrou-se aquém daquele necessário para assegurar à população níveis aceitáveis de acesso à educação, saúde e transporte.

Além disto, a "imitação" do modelo de desenvolvimento seguido pelos países centrais tendeu a confirmar o movimento de concentração da renda que historicamente se verificou nestes países. Como adverte Fajnzylber, a concentração da renda deve ter sua origem

associada a um " longo processo histórico, no qual a
responsabilidade relativa da industrialização do pós-guerra
não deve ser supervalorizada."¹⁹ Fundada numa acentuada
concentração da propriedade dos meios de produção, a
concentração da renda adquire uma nova feição no momento em
que se dá a industrialização, como esta propicia uma
incorporação restrita da população à esfera produtiva,
ratifica e aprofunda desníveis preexistentes na estrutura de
distribuição da renda, mas inegavelmente alarga a faixa
relativa a rendimentos medianos.

O que singulariza a interpretação de Fajnzylber é
que este autor não se atém à tradição cepalina de associação
entre o perfil da distribuição da renda e o caráter do
progresso técnico que subjaz ao movimento de
industrialização latinoamericano. Segundo ele, apesar de
fatores como o acelerado ritmo de crescimento da população e
a forte concentração da renda repercutirem nos resultados do
processo de industrialização, não são estes fatores que
determinam a especificidade de tal processo.

Alternativamente, propõe que a identificação de
tal especificidade se dê a partir da análise dos fatores que
teriam contribuído para a debilidade do núcleo endógeno de
geração de progresso técnico, deficiência esta que marcou as
experiências de industrialização latinoamericanas.

Segundo Fajnzylber, esta debilidade esteve
associada à fragilidade da vocação industrial destes países.

19. Fajnzylber, F., (1983), op. cit.

requisito necessário para a efetiva construção de um potencial industrial endógeno, " capaz de adaptar, inovar e competir internacionalmente em uma gama significativa de setores produtivos " .²⁰ Em outros termos, verificou-se que o setor empresarial nacional não mostrou-se capaz de articular uma estratégia industrial que respondesse às carências e potencialidades do país.

Entretanto, tal questão não se esgota na problemática da transposição de um padrão de consumo e da estrutura produtiva que lhe é correlata. Como mostra Fajnzylber, em países como o Japão e a Coreia, " a existência de burguesias nacionais poderosas, com projetos nacionais definidos, unida a uma diversidade de fatores histórico culturais, permitiu compatibilizar o padrão imitativo de consumo com uma estrutura produtiva cujo centro de gravidade estava em grupos nacionais capazes de competir internacionalmente (...) A crescente eficiência destas estruturas produtivas, rigorosamente protegidas durante vários anos, permitiu diminuir custos e ampliar drasticamente o mercado interno para estes bens imitados " .²¹

Assim, para Fajnzylber, os fatores que conferem especificidade às experiências de industrialização do pós-guerra são, de um lado, o agente que leva adiante tal reestruturação produtiva e, de outro, no caso da presença de

20. Fajnzylber, F., (1983), op. cit.

21. Fajnzylber, F., (1983), op. cit.

empresas multinacionais, o poder normativo e articulador que o Estado e grupos empresariais nacionais podem exercer sobre tais empresas.

Nos países latinoamericanos que se industrializaram, a forte presença de empresas transnacionais nos setores líderes da matriz industrial - na indústria automobilística, na indústria de material elétrico, na metal-mecânica e na química - e sua forma de interação com os agentes internos apresentaram repercussões sobre o processo de inovação tecnológica, estabelecendo seus limites, e sobre o próprio grau de desenvolvimento da indústria de bens de capital.

Isto ocorreu porque, como mostra o autor, a importação de bens de capital foi a forma mais usual em que se materializaram as inversões diretas das empresas estrangeiras. Isto refletia "a divisão de funções que inspirava a política de filiais, quando, para determinados produtos que estão no final do ciclo de vida do produto, se transferem algumas atividades produtivas, e por conseguinte a maquinaria e o equipamento requerido."²² Desta forma, tais inversões determinam um movimento de transferência de tecnologia, o que inibe o desenvolvimento de circuitos internos de geração de progresso técnico e deprimem a demanda da indústria nacional de bens de capital.

22. Fajnzylber, F., "A Empresa Internacional no Processo de Industrialização da América Latina", in: "América Latina. Ensaio de Interpretação Econômica", org. José Serra, 1978.

A tecnologia que é assimilada reflete, é claro, a estratégia de diferenciação do produto que marca o comportamento das empresas transnacionais em seus países de origem. Fajnzylber procura pôr em evidência que esta modalidade de concorrência apresenta reflexos distintos quando se dá nas economias latinoamericanas.

Em primeiro lugar, dada a forte concentração da renda, que se verifica nestes países, a estratégia de diferenciação do produto reforça o caráter excludente das modificações estruturais ensejadas pela industrialização. Por outro lado, " a opção de " congelar " os tipos de bens ampliando as escalas de produção , não somente atentaria contra a aspiração dos grupos urbanos, no sentido de reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos, mas também afetaria a modalidade básica de concorrência por diferenciação de produtos, que é a que permite coexistir um grande número de empresas em um mercado de tamanho tão reduzido."23

Em segundo lugar, verifica-se que nos países desenvolvidos, a " destruição " dos bens existentes, (inerente ao processo de diferenciação do produto), e seus correlatos efeitos sobre o uso de recursos produtivos, se vêem neutralizados pela " criação " de novos bens, técnicas de produção e equipamentos, e ainda novos mecanismos de promoção comercial, atividades que contribuem para a manutenção do dinamismo do aparato produtor de bens e
23. Fajnzylber, F., (1983), op. cit.

serviços. Em suma, desenvolve-se plenamente o processo de destruição criadora descrito por Schumpeter.

O mesmo não se verifica nas economias latinoamericanas, pois a fase criadora das atividades não se realiza localmente. Segundo Fajnzylber, além das evidentes repercussões que isto tem sobre o "padrão cultural", "esta escassa ponderação da fase criadora se projeta sobre o plano da utilização dos insumos locais e da inovação tecnológica"²⁴, processos que passam a ter suas características definidas a partir de condições objetivas em geral bastante distintas daquelas observáveis nos países da América Latina.

Em síntese, temos que a forma de operação das empresas transnacionais que se instalam nestes países inibe o processo de busca e adaptação de novas tecnologias, o que confirma sua inserção subordinada no comércio internacional. Este problema se aprofunda quando, além da inibição do processo de aprendizagem tecnológica, deprime-se o grau de competitividade dos bens produzidos por estes países, ao cristalizarem-se condições que contribuem para a ineficiência produtiva, como a falta de acesso a economias de escala, e a utilização de insumos e/ou técnicas pouco adequadas. Além disto, a forte dependência em relação à importação de bens de capital e matérias primas contribui para a configuração de um déficit estrutural do balanço de pagamentos.

24. Fajnzylber, F., (1983), op. cit.

Antes de prosseguirmos, convém reenfatar que, para Fajnzylber, a especificidade de um processo de industrialização que se dá nestas bases não reside no caráter imitativo do padrão de consumo difundido pelas empresas transnacionais, mas na incapacidade estatal e do empresariado nacional em circunscrever a atuação destes agentes numa estratégia definida de desenvolvimento industrial, mais condizente com a realidade nacional e com a sustentação de núcleos endógenos de geração de progresso técnico.

Este modelo de desenvolvimento também tem claras repercussões sobre a demanda por mão-de-obra, em função da utilização de tecnologia intensiva em capital. É interessante notar que, a despeito de estar ciente das implicações que isto tem em economias que contam com um imenso contingente de população economicamente ativa, Fajnzylber não parte para mais uma análise do subconsumo, que também apontasse na direção de uma tendência à estagnação econômica destes países.

Alternativamente, este autor asinala que, na existência de um elevado grau de dinamismo industrial, é possível a compatibilização entre o perfil tecnológico destas empresas - que reflete critérios e objetivos microeconômicos de crescimento e diversificação industrial - e o objetivo macroeconômico de crescimento do nível de

emprego, ainda que se incrementasse cada vez mais a relação capital/trabalho.

Neste sentido, podemos afirmar que a interpretação de Fajnzylber aproxima-se da análise de Maria da Conceição Tavares, ao optar por uma visão que aceite a possibilidade de dinamismo da estrutura produtiva dos países periféricos, mesmo persistindo as contradições assinaladas. Fica a pergunta de como Fajnzylber conceberia esta possibilidade de dinamismo, já que, ao longo de seu texto, percebe-se uma associação implícita entre dinamismo e a internalização do processo de "destruição criadora".

CAPÍTULO 2 - A CRÍTICA À ABORDAGEM CEPALINA: A DINÂMICA INDUSTRIAL EM CONDIÇÕES PERIFÉRICAS

Este capítulo terá como elemento central a apresentação da forma com a qual Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira buscam apreender a lógica, os movimentos mais gerais da dinâmica industrial. Este procedimento é relevante pois fornece os elementos necessários para a sua análise do que determina a aceleração e a desaceleração do processo de acumulação produtiva nos países periféricos. Além disto, torna-se mais clara a forma com que entendem a articulação entre a lógica da dinâmica industrial e os fatores internos a cada país.

Percorrendo caminhos distintos, ambos autores visam a superação do dualismo centro-periferia que permeava as análises cepalinas. A dinâmica industrial nos países em desenvolvimento deixa de ser encarada como corolário do mero transplante de uma estrutura industrial típica dos países centrais, e inadequada, portanto, à realidade periférica. Propõe-se que tal dinâmica não seja entendida como uma simples variável à espera de determinantes exógenos, ou seja, em função de sua articulação com o processo de acumulação capitalista que se desenrola nos países desenvolvidos. Esta associação realmente existe, mas as bases sobre as quais se dará vai depender do grau de desenvolvimento interno das forças produtivas e das relações entre elas estabelecidas.

O capítulo estará dividido em três sub-itens. No primeiro, será apresentado o procedimento metodológico seguido por Maria da Conceição Tavares em sua tese "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", a qual, ao nosso ver, sintetiza sua revisão crítica das teses cepalinas. Uma vez apresentadas as premissas teóricas básicas que compõem a interpretação de Tavares, procuraremos analisar como a autora utiliza tais conclusões em seu estudo acerca da dinâmica industrial brasileira, especialmente nas décadas de sessenta e setenta, baseando-nos em sua obra "Ciclo e Crise - Movimento Recente da Industrialização Brasileira".

No segundo sub-item, busca-se resgatar os elementos centrais da interpretação de Francisco de Oliveira. Em "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", artigo que serviu de base para este estudo, parece-nos que a questão do método de análise não é tão explorada como por M. C. Tavares. De qualquer forma, existe uma linha de argumentação bastante explícita, a qual procuraremos destacar.

O terceiro sub-item consiste numa tentativa de apresentação dos aspectos que aproximam os dois autores e, posteriormente, daqueles que tornam suas interpretações, em certa medida, divergentes.

II.1 - MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

II.1.1 - PROPÓSITOS E ESTRUTURA GERAL DE "ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL"

Talvez a forma mais apropriada de apresentação da contribuição teórica de M. C. Tavares seja colocar em evidência quais eram seu objeto de estudo e o sentido que ela pretendia dar às suas críticas.

O título de sua tese, publicada em 1974, "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", é bastante auto-explicativo. Trata-se de uma tentativa de integração analítica do que ela compreende como a dinâmica industrial, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, e o movimento interno de evolução das forças produtivas e de acumulação de capital.

Na primeira parte da tese, a análise é feita a um nível mais elevado de abstração, pois o que realmente importa a ser retido são os aspectos mais gerais da dinâmica industrial. Uma vez dispondo-se destes elementos, pode-se passar para um nível menor de abstração, visando-se a incorporação das especificidades das economias semi-industrializadas e de como elas interagem com o processo de acumulação.

Numa primeira aproximação, procura-se mostrar que os traços mais gerais da industrialização em condições periféricas, como no Brasil, podem ser circunscritos à lógica de desenvolvimento capitalista. Uma vez feita a

apresentação destes traços gerais, M. C. Tavares mostra que, se a industrialização periférica enseja desvios em relação ao processo de generalização dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento, isto não ocorre em função da inadequação desta lógica às condições internas. Pelo contrário, segundo a ótica da autora, a adequação destes fatores foi pressuposto para a inserção brasileira na etapa de evolução do capitalismo que se estende até 1974.

Nesta abordagem, assume-se que a geração de distorções, ao longo do processo de industrialização, não implica, necessariamente, em perda de dinamismo. Ao longo da tese, M. C. Tavares apresenta as formas históricas através das quais o capitalismo mostrou-se capaz de ir "deslocando no tempo a tendência à estagnação".²⁵ Esta capacidade de reafirmação do dinamismo está presente, segundo ela, no processo de industrialização brasileiro, e este é um dos principais pontos de sua interpretação que apresenta-se divergente dos prognósticos cepalinos.

As conclusões descritas acima só emergem quando são completadas duas etapas básicas da análise de Tavares, a saber: i. análise das etapas históricas da articulação entre progresso técnico e distribuição da renda, e apresentação das características desta articulação na etapa de desenvolvimento capitalista brasileiro que se estende até

25. Tavares, M.C. "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil" - Tese de Livre Docência - UFRJ - 1974

1974, ii. aplicação deste marco teórico à análise da industrialização brasileira.

Como forma de finalizar esta apresentação, convém lembrar que a própria M. C. Tavares alerta para o fato de que não pretende, com sua tentativa de reinterpretação, uma ruptura em relação ao pensamento cepalino. Sua tese não consiste na enumeração das deficiências do paradigma cepalino, mas numa reinterpretação dos fatos "à luz de suas novas tendências"²⁶, o que implica em "pesquisar a continuidade e as contradições internas de uma escola de pensamento, sem traí-la em suas origens e nas suas formulações de base."²⁷

26. Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

27. Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

II.1.2 - PROGRESSO TÉCNICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No primeiro capítulo de " Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil ", M. C. Tavares discute como as tendências da interação entre progresso técnico e distribuição da renda , apontadas pelos clássicos, " podem ser repostas e rediscutidas no contexto da evolução recente do capitalismo ".

A análise das formas históricas assumidas pela interação entre estes dois fatores é relevante, pois foi através de sua articulação endógena que foi-se resolvendo a contradição entre produção e realização do excedente, a uma escala crescente.

Fica claro, portanto, o tipo de tratamento que M. C. Tavares confere à questão do progresso técnico. Por um lado, põe em relevo a historicidade que é característica deste fenômeno, apontando suas mudanças de natureza, e com isso determinando o trânsito de um padrão de acumulação para outro.

Por outro lado, nega que o progresso técnico possa ser considerado neutro , ou seja, que seus efeitos sejam absorvidos por uma tendência à estabilidade da relação lucros/ salários reais. A orientação por ele assumida explica por quê, mesmo verificando-se a estabilidade da distribuição da renda - o que não ocorreu ao longo de grande parte da evolução do capitalismo - os ganhos de produtividade em todo o conjunto da economia alcançam os lucros

a um patamar tão elevado, que é impossível não visualizar um forte traço de cumulatividade no processo de desenvolvimento das forças produtivas, com a correlata transformação endógena das estruturas produtiva e de mercado.

Em outras palavras, a evidência (histórica, se quisermos) nos sugere muito mais a imagem de uma dinâmica de acumulação do que a de um estado estacionário (subtendendo, esta, estagnação); e isto é suficiente para afastar a hipótese de neutralidade do progresso técnico. A sua abordagem possui, portanto, um forte referencial schumpeteriano, segundo o qual o progresso técnico é tomado como o agente motor da acumulação, e está na base da lógica concorrencial entre os blocos de capital.

M. C. Tavares utiliza então um instrumental macro e microeconômico para mostrar como a introdução de progresso técnico vai modificando a interação entre os setores produtivos fundamentais, e de como vão sendo criados e resolvidos os problemas de realização da produção.

Num primeiro momento, dadas as condições técnicas que emergem da primeira revolução industrial, um esquema de reprodução com dois departamentos - DI, produtor de bens de capital e DII, produtor de bens de consumo dos trabalhadores - é, do ponto de vista microeconômico, suficiente para dar conta da dinâmica acima mencionada.

Nesta etapa, o progresso técnico gerado em DI se orienta para a redução dos custos de produção no DII, ou

seja, para a redução dos custos dos bens de consumo dos trabalhadores. Como a elevação da produtividade no DI não é acompanhada por uma elevação proporcional nos salários, surgem problemas de realização, e isto determina o acirramento da competição no setor, que se dá via redução de preços (pois ainda estamos no marco de um capitalismo competitivo). O movimento culmina, desta forma, com uma transferência do excedente em favor do DI. No longo prazo, isto enseja "problemas de realização dinâmica, que se traduziriam em problemas de superprodução relativa, ou aumento da capacidade ociosa do DI".²⁸

A solução histórica, de um ponto de vista endógeno, residiu em um aumento das escalas de produção, prévia concentração do capital ao longo do ciclo de expansão capitalista, com introdução de progresso técnico redutor dos custos do capital constante."²⁹

Esta reorientação do progresso técnico, no sentido da diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção no DI, determina dois movimentos:

1. contrarresta a tendência à queda da taxa de lucro, na medida em que detém a elevação da relação capital/produto, em outros termos, tem-se que o aumento da composição técnica do capital é acompanhado por uma redução da sua composição orgânica.

28. Tavares, M.C. , (1974), op. cit

29. Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

11. como o processo global de acumulação passa a contar com uma diminuição dos custos gerais de reprodução do sistema, o limite para seu prosseguimento passa a estar dado não pelas condições de extração da mais-valia, mas pelas condições de realização deste trabalho excedente em escala ampliada.

É a partir deste contexto que M. C. Tavares propõe a passagem para o marco teórico fornecido pelos elementos que caracterizam a dinâmica de uma estrutura de mercado oligopólica. Esta proposta se justifica na medida em que a elevação do patamar do processo de acumulação, ao aumentar as escalas técnicas de produção e impulsionar o mecanismo de centralização e concentração de capitais, passa a tornar a concorrência, a rivalidade, um fenômeno circunscrito aos grandes blocos de capital.

Vejamos agora o que esta passagem significa, em termos das abordagens macro e microeconômicas propostas por ela.

- do ponto de vista macroeconômico, apresenta-se a insuficiência de um esquema bidepartamental, para a análise da dinâmica da acumulação oligopólica. Isto ocorre porque o atual padrão de acumulação tem em sua base a introdução acelerada de progresso técnico, que atua no sentido da diferenciação da estrutura produtiva e de demanda.

Isto significa que o esquema de reprodução proposto tem que apreender a "dinâmica intersetorial de um sistema econômico que utiliza deliberadamente a

diferenciação do consumo como uma das molas propulsoras da
acumulação de capital".³⁰ Esta diferenciação produtiva se
volta claramente para a conformação de um setor produtor de
bens de consumo dos capitalistas, o que nos remete ao
esquema tridepartamental proposto por Kalecki.

- no que se refere ao aspecto microeconômico,
demonstra-se que os parâmetros fornecidos pelo processo
concorrencial, correspondente a uma estrutura de mercado
competitiva, deixam de ser um referencial adequado para a
análise do que fundamenta as decisões dos agentes privados,
quanto ao investimento, ao nível de produção, e à formação
de preços. M. C. Tavares expõe, então, sua leitura dos
estudos de autores como Bain, Penrose e , principalmente,
Steindl, sobre a dinâmica da acumulação em uma estrutura de
mercado oligopólica.

Como já foi dito, o estudo do oligopólio é
importante porque o processo de centralização e concentração
de capitais, traço marcante do atual padrão de acumulação,
enseja profundas assimetrias (Steindl) na dinâmica
concorrencial. Na base deste fenômeno está a perene
introdução de progresso técnico, que viabiliza o acesso a
ganhos monopolísticos (" quase-rendas", que se sustentam até
que o mecanismo de imitação se manifesta) passíveis de
serem reinvestidos na órbita produtiva. Como resultado, tem-
se o aumento das escalas de produção, que configuram, nesta

30. Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

etapa da evolução do capitalismo, a mais forte barreira a entrada (Bain) de novos concorrentes.

Nos momentos em que a taxa de acumulação se revela superior à taxa de crescimento do mercado, verifica-se a expulsão dos produtores marginais, isto é, daqueles que estão na base da hierarquia concorrencial. Este fenômeno de "concentração absoluta" (Steindl) possui, entretanto, claros limites, pois a partir de um certo estágio, a rivalidade estará circunscrita, como já foi dito, àqueles concorrentes cuja estrutura de custos e lucros lhes confere capacidade de resposta à concorrência via preços e/ou diferenciação.

Neste contexto, na ocorrência de um estreitamento das condições correntes de realização, não se observa uma redução das margens de lucro e muito menos a expulsão de qualquer concorrente do mercado. Na verdade, como as margens de lucro são rígidas à baixa, a desaceleração do ciclo de expansão se manifesta através de um aumento da capacidade ociosa não-planejada. Os efeitos desaceleradores se propagam, então, por toda a estrutura produtiva da economia.

Em síntese, dada a inexistência de um mecanismo endógeno de eliminação de desequilíbrios, "o sistema passaria a ter uma tendência de longo prazo à sobreacumulação, que não se manifestaria necessariamente por crises periódicas de superprodução, mas sim por flutuações mais ou menos acentuadas nas taxas de crescimento, em torno de uma tendência à estagnação relativa."³¹

31. Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

A partir daí, M. C. Tavares passa a analisar as possíveis saídas para os problemas de acumulação e de excesso de capacidade não contempladas por Steindl, e conclui : " Todas estas considerações se destinam a mostrar não as possibilidades de crescimento equilibrado, mas sim o fato historicamente verificável de como, mesmo numa estrutura de mercado oligopolica, se pode ir deslocando no tempo a tendência à estagnação ".³²

32: Tavares, M.C. , (1974), op. cit.

II.1.3 - DINÂMICA INDUSTRIAL NO BRASIL

Podemos avançar agora para a apresentação de como Maria da Conceição Tavares analisa a forma com que as tendências à aceleração e desaceleração do nível de atividade da economia se manifestam no caso brasileiro, e o porquê da exacerbação de tais tendências.

Quais seriam os fatores que contribuiriam para a acentuação destes movimentos cíclicos no Brasil ? Segundo as proposições de Tavares, acreditamos que estes condicionantes podem ser apresentados segundo uma ótica macroeconômica e segundo uma ótica microeconômica.

Do ponto de vista macroeconômico, em sua tese " Ciclo e Crise - O movimento Recente de Industrialização no Brasil ", Tavares assinala que "... a industrialização pesada em condições de subdesenvolvimento, quanto mais rápida, mais tende a flutuações acentuadas, já que sua base de apoio intra-setorial é insuficiente para realimentar a própria demanda, devido ao limitado peso relativo de seus setores líderes na produção industrial global."

A questão é que foi precisamente este o caso brasileiro, pois a própria viabilidade de se alcançar a industrialização pesada implicou que tal tentativa se desse de forma concentrada no tempo, refletindo o alto grau de complementaridade dos investimentos. Isto se dá porque a internalização de um departamento de bens de produção requer a criação simultânea e articulada de seus principais setores - a siderurgia, a indústria metal-mecânica pesada, a de

material elétrico e a indústria química - bem como demanda a construção da infraestrutura básica necessária.

Assim, nos períodos que se estenderam de 1956 a 1961 (Plano de Metas) e de 1968 a 1972 (" Milagre ") verificou-se que o acelerado ritmo de investimentos, ao confirmar e animar novas decisões de investimento, configurou uma intensa sinergia de trocas intra-departamentais.

Porém, como alerta Tavares, "... o problema central da dinâmica cíclica está justamente nestes efeitos, já que o investimento não pode manter-se acelerado indefinidamente. Assim, terminados os efeitos de difusão de um conjunto de investimentos complementares (...), a demanda corrente inter-industrial é insuficiente para manter os ritmos de crescimento do conjunto da indústria. "33

No caso brasileiro, verificou-se que o dinamismo ensejado pela aceleração dos investimentos nestes dois períodos apresentou, de fato, fôlego bastante curto, uma vez que os setores líderes da dinâmica industrial possuíam um pequeno peso relativo na produção corrente industrial. Assim, o caráter acentuadamente cíclico do crescimento industrial brasileiro, a partir da segunda metade da década de cinquenta, deve-se sobretudo à estrutura setorialmente desequilibrada de crescimento da própria indústria. " Quando se compara a dimensão relativamente reduzida da base

33. Tavares, M. C. " Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização no Brasil " - Tese - Prof. Titular - UFRJ - 1976.

produtiva dos setores líderes com a expansão rápida de sua demanda final, fica em evidência o caráter do desequilíbrio dinâmico. Os ritmos de crescimento do investimento, e da produção corrente de bens duráveis de consumo e de capital podem acelerar-se periodicamente, mas não são capazes de sustentarem-se por muito tempo. Neste sentido dependem, para a ampliação rápida de sua capacidade produtiva, de decisões autônomas de investimento, nas quais o Estado, em associação com o grande capital internacional, joga um papel decisivo."34

Do ponto de vista microeconômico, verificou-se que a estrutura oligopolizada destes setores líderes intentou a formação de capacidade ociosa planejada, nos momentos de expansão, o que reflete uma estratégia que visa a paulatina conquista de parcelas do mercado. O problema é que a ocorrência deste sobredimensionamento da capacidade produtiva deprime novas encomendas de máquinas e equipamentos, e os encadeamentos desta tendência à queda dos investimentos, ao comprometer até a demanda corrente destes setores, culmina com a cristalização de um potencial de acumulação não realizável.

O importante a ser ressaltado aqui é que a análise de Tavares acerca da tendência à desaceleração do nível de atividade circunscreve-se à observação do movimento cíclico das trocas intra e inter-industriais. Em outros termos, apesar de estar ciente de questões como o

34. Tavares, M.C. , (1978), op. cit.

aprofundamento da marginalização social e da pobreza, que têm repercussões negativas sobre o nível de consumo, a autora procura mostrar que estes fatores não são condicionantes do comportamento cíclico do desempenho industrial.

Prova disto foi o dinamismo apresentado pelo setor Industrial após 1968, quando fatores como a melhoria dos termos de troca, a abundância de capitais externos, o amadurecimento de esquemas de financiamento ao consumo diferenciado, e a própria existência de capacidade ociosa em quase todos os setores industriais, viabilizaram a retomada do dinamismo da economia, sob a liderança do setor de bens duráveis de consumo. É isto num contexto de significativa compressão da massa salarial, movimento que vinha se confirmando e se aprofundando desde a instalação do regime militar.

Desta forma, segundo a autora, torna-se frágil uma hipótese de insuficiência do nível de consumo para explicar o ciclo industrial. " Reafirmamos que o caráter cíclico do investimento só pode ser buscado na forma que toma a concorrência oligopolista dos setores líderes e no desempenho do Estado como produtor e investidor pesado. Mais que isso: em condições de uma industrialização "atrasada", por mais moderna e internacionalizada que seja, o baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital, e não o

fato de ser tecnologicamente dependente > impede um crescimento auto-sustentado."35

É interessante notar como neste ponto - "... e não o fato de ser tecnologicamente dependente" - a interpretação de Tavares aparentemente conflita com a de Fajnzylber. Contudo, acreditamos que uma análise mais apurada elimina tal aparência. Isto porque quando Tavares menciona a dependência tecnológica, na verdade está dando uma resposta às teses que associam a tal dependência a reprodução de um padrão de consumo que reforçaria o caráter excludente do sistema e que, portanto, conduziria ao subconsumo e, por extensão, à estagnação econômica.

Por outro lado, quando Fajnzylber trata da mesma questão, sua preocupação não se refere - como ele mesmo assinala - aos efeitos depressivos sobre o nível de emprego que tal transferência de tecnologia acarreta, mas diz respeito às barreiras que isto constrói à criação de um núcleo endógeno de progresso técnico. Se a questão da perda de dinamismo pode ser recolocada, esta discussão deve se referir às implicações do bloqueio à internalização do processo de inovação, e não à estreiteza do mercado consumidor.

35. Tavares, M.C. ; (1978), op. cit.

II.2 - FRANCISCO DE OLIVEIRA

II.2.1 - A PROPOSTA DE REINTERPRETAÇÃO EM " A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA "

Este artigo de Francisco de Oliveira consiste numa tentativa de apontar as insuficiências da análise cepalina, na medida em que ela está permeada pela contraposição centro-periferia, ou, mais explicitamente, pelo dualismo modernidade-atraso.

Segundo este autor, o pensamento cepalino não foi capaz de explicar o dinamismo que pôde ser observado na industrialização brasileira, porque a ênfase no dualismo o afastou de uma visão que integrasse a articulação dos determinantes internos e externos, à lógica da valorização do capital.

Dentro desta perspectiva, ele esclarece que seu exame se centrará nas transformações estruturais ocorridas após a Revolução de 30, " entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção. Não se trata, portanto, (...) de avaliar a "performance" do sistema numa perspectiva ético-finalista de satisfação das necessidades da população (...); a perspectiva ético-finalista muito associada ao dualismo cepalino parece desconhecer que a primeira finalidade do sistema é a própria produção."³⁶

36. Oliveira, F., (1972), op. cit.

II.2.2 - DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL APÓS A REVOLUÇÃO DE TRINTA

Uma vez estabelecidas as linhas gerais da sua argumentação, Oliveira passa a apresentar os aspectos que para ele são fundamentais para a compreensão do processo de acumulação de capital no Brasil, após a Revolução de 30. Tais aspectos seriam:

- a regulamentação das relações entre capital e trabalho (fixação do salário mínimo);
- maior grau de intervenção estatal na esfera econômica;
- a agricultura assume duas importantes funções:
a. pelo seu sub-setor de produtos de exportação, deve gerar as divisas necessárias para a importação de bens de capital e intermediários; b. deve suprir as necessidades básicas do proletariado urbano, mantendo baixo o custo de reprodução da reprodução da mão-de-obra.

Os fatores acima listados impulsionariam o processo de acumulação em dois sentidos. Por um lado, a intervenção estatal estimula a centralização e concentração de capitais, ao disciplinar as relações entre capital e trabalho, ao conceder créditos subsidiados e ao construir importantes "externalidades", via obras de infra-estrutura.

Por outro lado, tem-se que a fixação do salário mínimo, o qual corresponde a um nivelamento "por baixo" do grau de qualificação da mão-de-obra, e a manutenção da

agricultura em um baixo patamar de desenvolvimento, são fatores que impulsionam a extração de mais-valia e estão na base do dinamismo da acumulação privada.

A questão agrária é relevante pois é a partir dela que Oliveira faz um importante contraponto com o pensamento cepalino. Segundo ele, ao deixarem-se intocadas as bases agrárias de produção - subentende-se, ausência de progresso técnico e baixo nível de vida para os trabalhadores rurais - as condições de reprodução no setor agrícola passaram a ser funcionais às condições de reprodução (ampliada) no setor industrial.

Isto ocorre porque o atraso no setor agrícola implica que o custo de reprodução da mão-de-obra agrária não será alto, o que viabilizará a venda da produção a preços reduzidos. Por sua vez, uma boa parte da cesta de bens consumida pelos trabalhadores urbanos é barateada, e com isso o salário real pode se situar em patamares bastante baixos também.

Esta situação demonstraria a inconsistência da tese cepalina de que a persistência de heterogeneidades intra e intersetoriais dificultaria o prosseguimento da industrialização brasileira.

Oliveira apresenta sua crítica a esta interpretação da seguinte forma: "...não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores - agricultura e indústria - estejam distanciando-se, que autoriza a construção de um modelo dual; por trás dessa

aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, neste modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo contingentes de força-de-trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia.³⁷

Em síntese, Oliveira analisa o processo real como uma estreita articulação ("organicidade") entre os pólos moderno e atrasado, em que o primeiro " cresce e se alimenta"³⁸ da existência deste último. Afasta-se, portanto, da perspectiva cepalina, a qual identifica sérios problemas de realização decorrentes da existência de tão profundas discontinuidades; em contraposição, a abordagem de Oliveira atribui aos setores menos desenvolvidos um papel funcional ao processo de acumulação de capital nos setores mais dinâmicos.

37. Oliveira, F. , (1972), op. cit.

38. Oliveira, F. , (1972), op. cit.

II.3 - UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO COMPARADA

Podemos passar agora para o terceiro item proposto, cujo objetivo é colocar em destaque os pontos que aproximam ou afastam as análises precedentes.

Como deve ter ficado claro, ambos autores sugerem que a industrialização brasileira possui como fundamento um processo de valorização do capital que o anima e lhe confere direcionamentos e prioridades específicas.

Dentro desta perspectiva, se o capital externo se transplanta para o espaço econômico brasileiro, é porque este reúne os condicionantes necessários para que tal movimento se dê. Na terminologia de M. C. Tavares, o grau de desenvolvimento das forças produtivas torna viável a eleição da economia brasileira enquanto "locus" do processo de acumulação produtiva.

Esta interpretação tornaria inconsistente a suposta ausência de correlação, apontada pelo pensamento cepalino, entre fatores internos e externos ao Brasil, que se conjugam no movimento de industrialização substitutiva de importações. Segundo Oliveira e M. C. Tavares, sua adequação é pressuposto para o desencadeamento de tal processo, o qual não pode ser visto como algo que se dá sem a integração, funcional, com fatores internos como a estrutura de classes e a distribuição da renda.

De acordo com o paradigma cepalino, o inadequado transplante da estrutura produtiva desenvolvida nos países

centrais, estaria na base do aprofundamento da heterogeneidade estrutural em economias periféricas. Por sua vez, o aprofundamento destas disparidades culminaria com a estagnação do processo de industrialização. Vejamos como tal questão é recolocada pelos dois autores, já que elimina-se a hipótese de ausência de coordenação entre a "realidade" periférica e as mudanças na estrutura produtiva.

Na abordagem de Oliveira, a existência de um pólo com poucas possibilidades de desenvolvimento não obstaculiza a acumulação no setor dinâmico da economia, muito pelo contrário, o setor moderno se utiliza do setor atrasado para que os custos de reprodução da força-de-trabalho permaneçam reduzidos e, daí, para que se ampliem as bases de valorização do capital.

Ao nosso ver, ao colocar o "atraso" como funcional da "modernidade", Oliveira não consegue romper com o dualismo cepalino que motiva suas críticas. Parece-nos que a supressão do antagonismo não é suficiente para o delineamento de um quadro homogêneo, no qual se inscreveriam os determinantes da industrialização brasileira, conforme a proposta inicial.

H. C. Tavares leva mais a fundo esta proposta, ao centrar sua análise nos aspectos fundamentais da dinâmica da acumulação oligopólica, e ao observar que ela pressupõe a existência de setores menos desenvolvidos. A partir desta perspectiva, ela pôde observar que tanto os fatores que impulsionam a dinâmica industrial, quanto aqueles que podem

conduzi-la à estagnação, podem ser circunscritos à lógica da acumulação nos setores mais modernos (oligopolizados), sem uma necessária referência à existência de setores marginalizados do processo de desenvolvimento.

O último ponto que deve ser ressaltado é a nítida divergência quanto à identificação do elemento que poderia impor um limite para o dinamismo da industrialização.

Na visão de Oliveira, tal limite estaria relacionado com a estabilização das condições de extração de mais-valia. O interessante é perceber que tais condições seriam geradas exogenamente, conforme as características da reprodução nos setores atrasados. Não se faz, portanto, sequer menção ao progresso técnico redutor do custo de reprodução da mão-de-obra. Ao nosso ver, é esta ausência de tratamento do progresso técnico como dinamizador do processo de acumulação que faz com que Oliveira atribua acentuada importância ao decréscimo da relação salário real/produtividade, para a manutenção do potencial de acumulação.

Em " Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil " , o problema do potencial de acumulação desaparece, pois parte-se da constatação de que ele é mais que garantido pelas condições de concorrência vigentes na estrutura de mercado oligopólica, e pela natureza do progresso técnico que lhe é subjacente. O que põe em xeque o dinamismo industrial é a desproporção entre este potencial de

CONCLUSÃO

Esta monografia foi redigida tendo-se como preocupação central a apresentação dos elementos principais da análise de cada autor, buscando-se colocar em relevo o que fundamenta a divergência observável em suas interpretações.

Constatamos que a revisão crítica à abordagem cepalina - cujos elementos centrais permeavam a análise de Celso Furtado - se baseiam numa tentativa de reavaliação da forma com a qual se dá a dinâmica industrial, e de como seus mecanismos mais gerais podem ser reinterpretados à luz das especificidades dos países em desenvolvimento e, em particular, dos fatores intrínsecos à economia brasileira.

Buscamos também apresentar os dois aspectos básicos desta proposta de revisão crítica, a saber:

- a ruptura com o dualismo centro-periferia, como forma de transitar do estudo da inadequação do modelo de desenvolvimento para o estudo de como a dinâmica capitalista pode, sob determinadas condições, prescindir de qualquer vínculo com a realidade social.

- o estudo da sinergia das trocas intra e inter-industriais e de como pode ser deslocada, no tempo, a tendência à estagnação.

Acreditamos, contudo, que a raiz destas divergências não se esgota na questão da existência de distintas visões acerca da dinâmica industrial, mas também

se refere ao fato de que o objeto de estudo de cada autor não era precisamente o mesmo.

Foi com base nisto que julgamos a procedência de agrupar os quatro autores em dois blocos temáticos, que refletissem tais diferenças.

Assim, fica evidenciado que Furtado e Fajnzylber tinham como objetivo fundamental a explicitação dos desvios da industrialização periférica em relação ao modelo de desenvolvimento das economias centrais, e de como estes desvios podem ser cumulativos, engendrando crescentes problemas sociais e reiterando a inserção subordinada destas economias no comércio internacional.

Por sua vez, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira, tomando este quadro como um dado, passam a explicitar como este modelo de desenvolvimento, apesar de inadequado à realidade econômica e social dos países periféricos, pode revelar-se dinâmico.

Desta forma, observamos que, apesar das análises aqui apresentadas formularem conclusões nitidamente antagônicas, existe um forte traço de complementaridade entre estes quatro estudos, que pode nos conduzir a um mesmo questionamento: como se coadunariam, nos países do terceiro mundo, a transformação da base produtiva - à luz das novas tendências do sistema capitalista de produção - e a questão do desenvolvimento, entendido como um processo de encaminhamento dos problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA

- Fajnzylber, Fernando

- . " La Industrialización Trunca de América Latina "
 - México, ed. Nueva Imagem, 1983
- . " A Empresa Internacional no Processo de Industrialização da América Latina "
 - in: " América Latina - Ensaio de Interpretação Econômica "
 - Organizador : José Serra
 - Ed. Paz e Terra, 1978

- Furtado, Celso

- . " Análise do Modelo Brasileiro "
 - Ed. Civilização Brasileira, 1972
- . " Dialética do Subdesenvolvimento "
 - Ed. Fundo de Cultura, 1964
- . " O Mito do Desenvolvimento Econômico "
 - Ed. Paz e Terra, 1983
- . " Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico "
 - Coleção " Os Economistas ". Ed. Abril

- Medeiros, Carlos Aguiar de

- . " A Superação da Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal - Os Caminhos da Crítica "
 - IEI - Texto para Discussão número 91, 1986

- Oliveira, Francisco de

- . " A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista "
 - Estudos Cebrap vol.2, Ed. Cebrap, 1972

- Tavares, Maria da Conceição

- . " Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil "

Tese de Livre Docência - UFRJ - 1975

- . " Ciclo e Crise - o movimento recente da industrialização brasileira "

Tese Prof. Titular - UFRJ - 1974

- Tavares, Maria da Conceição e Serra, José

- . " Além da Estagnação - Uma Discussão Sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente do Brasil "

in: " América Latina - Ensaio de Interpretação Econômica "

Organizador: José Serra
Ed. Paz e Terra, 1978